

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 28 DE MAIO DE 2021

NÚMERO 7.860

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL PL
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB PR
Paulinha Dr. Vicente Caropreso
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E DO MERCOSUL**
Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins
**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DO IDOSO**
Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ana Campagnolo
Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

DIRETORIA LEGISLATIVA	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<div data-bbox="710 342 922 571" style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS</p>	<p>ATAS..... 2</p> <p>ATA DE PLENÁRIO2</p> <p>ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES 8</p> <p>ATOS INTERNOS..... 30</p> <p>ATO DA MESA.....30</p> <p>ATO DA MESA DL30</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA30</p> <p>PORTARIAS35</p> <p>PROJETOS E LEIS 36</p> <p>LEI36</p>

A T A S

ATA DE PLENÁRIO

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto - Jean Kuhlmann - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) – Informa que, amanhã, Blumenau vai receber a visita do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, para entrega do novo Centro de Educação Infantil Elisabete Nunes Anderle, e foi convidado pela Prefeitura da Cidade para fazer parte do evento, agradecendo em nome do partido ao Prefeito e a Vice-Prefeita pela lembrança do nome dessa grande professora. Destaca a professora Elisabete Anderle foi

muito importante para a educação e a cultura catarinense, relatando traços da sua biografia. Salienta que a mesma foi Diretora-Geral da Fundação Catarinense de Cultura em 2008, e faleceu devido a um câncer agressivo, em 2017, era natural de Tubarão, socióloga e morreu aos 60 anos. Foi militante de movimentos políticos de oposição à ditadura militar, e sempre com muita garra defendeu as mulheres, deixando um legado de coragem e dedicação, sobretudo nas causas da educação e da cultura. Foi casada, com Jacó Anderle, também sociólogo, e atuou em diversas Organizações Governamentais e Não Governamentais.

Lamenta que Santa Catarina tenha sido excluída do Plano Logístico Nacional, e infelizmente as ferrovias catarinenses não foram contempladas. Apela à bancada catarinense que atua em Brasília para que reveja, reverta essa situação, esperando que Santa Catarina seja lembrada pelo Governo Federal.

Deputada Ada de Luca (Aparteante) – Diz que Elisabete foi uma grande amiga, trabalharam em campanhas políticas, e as duas têm uma bela história juntas, afirmando que a mesma é merecedora de todos os aplausos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Lembra a todos os patriotas que se vive uma guerra, e o destino do País e do Estado está nas mãos do povo. Explica que a guerra acontece pela total inversão de valores, e isso pode ser visto nas cenas, amplamente divulgadas pela mídia, da operação policial no Rio de Janeiro. Também questiona a forma como são tratados os criminosos e os agentes da lei, cujos valores também estão invertidos.

Registra, lamentando, a CPI da Covid, ao ver um homem com o histórico político de Omar Aziz presidindo, e Renan Calheiros tentando dar lição de moral, afirma que é preciso lembrar que se está em guerra. Dirige-se aos empresários, pedindo que não esqueçam, quando forem visitados pelos representantes comerciais dos meios de comunicação da sua cidade, que recebem o seu dinheiro para fazer o anúncio do produto que vende, que é a mesma que mandou fechar a porta da sua empresa com a campanha “fique em casa”, ajudando na política do fechamento total.

Reafirma que há uma guerra sendo travada, está começando agora e precisa do empenho de todos, no que diz respeito ao voto impresso. Compara a urna eletrônica a uma contravenção, pelo fato de que não pode ser auditada, não é possível fazer a conferência do voto. Afirma que o inimigo sabe que o tempo é curto, politicamente falando, e coloca que, até 2022, muita água vai rolar, mas há pessoas trabalhando seriamente na campanha pelo voto auditável, o voto que pode ser conferido. Indaga a quem interessa um voto que não pode ser auditado.

Reporta-se à eleição de 2018, em que Santa Catarina foi o Estado com maior representatividade para eleger o Presidente Jair Bolsonaro, acreditando que essa representatividade foi maior ainda, e que pode ter havido um prejuízo muito grande. Fala que, em 2022, isso não acontecerá, pois os votos serão auditáveis. Conclama todos os brasileiros para utilizarem sua mídia social como plataforma para lançar essa ideia, em uma luta incansável dia e noite.

Acrescenta que, muitas vezes, para a simples votação de uma moção, pede para que votem no painel, pois o Deputado está aqui para votar, não para se eximir. Enfatiza que a sua missão está sendo cumprida, de quebrar o *establishment*, derrotando o inimigo até 2022. *[Taquígrafa: Eliana]*

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0083/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0084/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0155/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0226/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0266/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0363/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0392/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0345/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da implantação de alguma escola estadual do modelo cívico-militar na Serra catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0346/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do uso de câmeras policiais individuais em abordagens.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0347/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da obra de construção da quadra coberta na Escola de Educação Básica Christoph Augenstein, localizada no Município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0348/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do prazo para que sejam restabelecidos os almoços dos alunos que estudam em período integral na E.E.B. Júlia Lopes de Almeida.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0349/2021, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do cumprimento da Lei Estadual nº 14.651 de 12 de janeiro de 2009, no que concerne a aplicação de Programas de Combate ao Bullying nas Escolas do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0350/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da obra de reforma da Escola de Educação Básica Colégio Aderbal Ramos da Silva.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0331/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, apelando ao Fórum Parlamentar Catarinense, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1171/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0332/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente da Haco, pelos 93 anos de fundação da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0333/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, encaminhada ao Embaixador do Estados Unidos no Brasil, cumprimentando o Presidente Joe Biden, por apoiar a suspensão de patentes de vacinas contra a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0334/2021, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, solicitando a Bancada Federal Catarinense na Câmara dos Deputados, que apresente proposta de alteração do Código Florestal com objetivo de definir como distância Mínima de 15 metros da Margem do Rio para a construção nas áreas urbanas consolidadas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0335/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, apelando ao Presidente da Câmara dos Deputados, pela recomposição imediata do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0336/2021, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a Pesquisadora Franciele de Matos Morawski, por vencer um concurso nacional de pesquisa científica e criar um sensor que auxilia na identificação de pacientes com Covid-19 que podem desenvolver casos graves da doença.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0337/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, cumprimentando o Proprietário da Queijaria Tio Tácio, pela conquista do Selo Arte.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0338/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, apelando ao Ministro da Infraestrutura, por urgência na Prorrogação do prazo de vigência do Convênio de Delegação nº 08/1997, para no mínimo, por mais 25 anos e com duração até o dia 1º de janeiro de 2048, com preservação da função da Autoridade Portuária Municipal.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0339/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta, cumprimentando o Centro Paleontológico da Universidade do Contestado, pelos relevantes trabalhos realizados em prol da comunidade local.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0776/2021 e 0783/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0779/2021, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera; 0780/2021 e 0781/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0782/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0784/2021, 0785/2021, 0786/2021 e 0787/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0788/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 0789/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 0791/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1044/2021, 1045/2021 e 1046/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1047/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1048/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba; 1049/2021, 1050/2021, 1051/2021, 1052/2021, 1053/2021, 1054/2021, 1055/2021, 1056/2021 e 1059/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1057/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1058/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt; 1060/2021, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; 1061/2021 e 1062/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber; e 1063/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Faz referências a Balneário Camboriú ao mencionar ações voltadas para área de educação, esporte e saúde, como o incentivo ao atletismo, a reforma da Escola Centro Educacional Municipal Dona Lili, a qual recebeu recursos de emenda de sua autoria. Fala também sobre o enfrentamento à Covid-19, sendo que o Município foi um dos mais atingidos pelo coronavírus, mas com sua equipe de Saúde controlou com segurança os momentos difíceis quando a pandemia atingiu o Estado de Santa Catarina.

Relata sobre a empresa de futebol Azuriz, que está instalada em Marmeleiro, mas que fica na divisa com Campo Erê no perímetro urbano, entidade que visitou juntamente com autoridades locais, destacando a formação de aproximadamente 400 jovens, os quais são selecionados em vários locais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e lá recebem treinamento da melhor qualidade possível. Cita que é um investimento econômico, mas fundamentalmente social, pois oportuniza o crescimento profissional de centenas de jovens atletas no esporte, bem como em todos os aspectos da vida de um ser humano. Assim, parabeniza o Clube Azuriz Pato Branco, demonstrando sensibilidade para ajudar no que for possível. *[Taquiografia: Sílvia]*

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) – Fala que a semana se encerra com a retomada da estabilidade política catarinense, e faz um balanço positivo dos últimos acontecimentos. Cita a visita do Governador Carlos Moises e do Secretário da Casa Civil, quando foram tratados temas de interesse ao Estado.

Comenta que o Governo do Estado está trabalhando para alocar recursos para as rodovias federais em Santa Catarina, e discorre sobre esta parceria entre Estado e Governo Federal. Lembra que o diálogo e a união são

ferramentas importantes para o desenvolvimento do Estado, e que a sociedade catarinense espera que as obras beneficiem a todos, independentes de quem as façam.

Discorre sobre as dificuldades e recorrentes lutas no combate à Covid-19, mostrando-se preocupado com o desabastecimento dos hospitais filantrópicos e quanto à manutenção dos leitos de UTI. Aponta os esforços realizados para o enfrentamento da pandemia e diz que o Governo tem feito tudo que está ao seu alcance para atender a população catarinense. Relata que está sendo discutida uma equação para que, aquelas cirurgias eletivas que demandarem menos medicamentos, possam ser realizadas, sem prejudicar o sistema no tratamento da Covid.

Faz um apelo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e diz que a mesma tem postergado a importação de medicamentos. Informa que elaborará um documento, em nome da Frente Parlamentar, solicitando à Anvisa maior agilidade e regras mais flexíveis para produtos utilizados em cirurgias e no tratamento da Covid-19. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES(Orador) - Comenta que o Governador foi eleito sem experiência, na “onda” do Presidente Bolsonaro, e desacredita em uma nova fase do Governador Moisés, pois o mesmo continua com as mesmas atitudes. Conta que após o segundo processo de *impeachment*, o Governador retorna ao cargo e coloca no comando da Secretária de Saúde o mesmo cidadão que queria que o Estado enterrasse a história do roubo dos R\$ 33 milhões. Expressa indignação, ao comentar que ninguém sabe como o dinheiro sumiu.

Fala aos colegas da Segurança Pública, especialmente à Polícia Militar, que deseja crer que a fala do Governador sobre a reposição salarial seja séria, e que vá acontecer principalmente dialogando com órgãos que representam as categorias. Comenta também sobre a Lei Complementar n. 173, que foi a desculpa do Governo em não conceder aumento salarial nesse período, porque a referida lei diz que de 31 de janeiro a 31 de dezembro deste ano não se pode fazer nenhum acréscimo na folha, a não ser substituição. Informa que os praças estão muito angustiados com a situação, e que algumas pessoas estão passando dificuldades.

Desafia o Governador a dar o aumento ainda neste ano, dizendo que duvida do mesmo. Comenta que o que está sendo feito é apenas para despressurizar o Governo. Afirma que, se o Governo deseja mesmo fazer uma discussão do plano de cargos e salários de praças, deve fazer uma comissão paritária, estabelecendo metade oficiais e metade praças. Espera que as palavras do Governador Moisés tragam solução, e não somente mais uma falácia. Neste sentido, duvida que o Governo faça um cálculo de salário dos policiais obedecendo a Lei Complementar 253/2003, que fala que a diferença entre o maior e o menor salário não pode ser mais do que quatro vezes. Deixa o desafio lançado ao Governador, mas ressalta que nada mudou, é mais do mesmo. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob a presidência o Deputado José Milton Scheffer, os Deputados membros da Comissão: Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Neodi Saretta e Deputado Volnei Weber. A Deputada Marlene Fengler justificou sua ausência por meio do OFGABMF/032/2021. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 1ª Reunião Extraordinária da 3ª

Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção à ordem do dia, o senhor Presidente apresentou os seguintes requerimentos: Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que requer que sejam convocados a comparecer à reunião desta Comissão, o Excelentíssimo senhor Luciano José Buligon, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e o Excelentíssimo senhor Altair Silva, Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, com objetivo de prestarem esclarecimentos sobre os seguintes temas: planejamento e gestão dos recursos hídricos em Santa Catarina e ampliação da infraestrutura para captação e armazenamento de água em Santa Catarina; colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em data a ser agendada, para tratar do Projeto de Lei nº 020/2020, que “institui, no Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de Incentivo a Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural por meio da Qualificação da Oferta Educacional, e adota outras providências”; colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Neodi Saretta, que relatou o PL./0338.2/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que “Dispõe sobre a Política Estadual de Controle Populacional de Animais Domésticos, e adota outras providências”; exarou parecer favorável, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Moacir Sopelsa relatou o PL./0310.1/2019, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO)”; exarou parecer favorável, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o senhor Presidente colocou sua preocupação perante o orçamento do Ministério da Agricultura, que tem sido discutido no Congresso Nacional e vem sofrendo muitas alterações, o que pode resultar em uma diminuição nos recursos da Superintendência da Agricultura de Santa Catarina e das demais políticas públicas ligadas ao Ministério. Aproveitou para fazer o alerta e pedir que os senhores Deputados interajam com a Bancada Federal, para que todos tenham o conhecimento do tema, em nome da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Gilmar Germano Jacobowski, Assessor Técnico de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2021.

Deputado José Milton Sheffer

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

— * * * —

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Volnei Weber, os membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Jair Miotto, Deputado Marcius Machado, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Nazareno Martins, Deputado Jean Kuhlmann e Deputado Sargento Lima. Havendo quórum regimental, o Presidente deu início à reunião e, em atenção à ordem do dia, colocou em discussão e votação a ata da 1ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Dando sequência à pauta, o Presidente passou a palavra ao Deputado Marcius Machado, que relatou as seguintes matérias: PL./0282.3/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que "permite a função de piloto de aeronaves aviões e helicópteros serem exercidas por praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito do Estado de Santa Catarina"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0360.0/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza e outros, que "Reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Santa Catarina em tempos de calamidade pública"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Moacir Sopelsa relatou as seguintes matérias:

PL./0327.0/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Altera as Leis nº 10.610, de 1997 e nº 12.117, de 2002, para adequar os diplomas ao art. 10-A da Lei federal nº 1.283, de 1950 (Selo ARTE)"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0010.3/2021, de autoria do Governador do Estado, que "Altera o art. 137 da Lei nº 6.745, de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Nazareno Martins relatou as seguintes matérias: RQC/0016.6/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "requer a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Comissão de Finanças e Tributação, e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o objetivo de propor ao Poder Executivo Estadual alterações e melhorias no Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Estadual"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foram indicados os Deputados Fabiano da Luz e Sargento Lima para as vagas na Comissão Mista reservadas aos membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. O Deputado Nazareno Martins relatou ainda o PRS/0007.8/2020, de autoria da Mesa, que "cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Sargento Lima relatou a seguinte matéria: RQC/0017.7/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, que "Requer a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Economia, Ciência, Minas e Energia e Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com o prazo máximo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de apreciar e analisar o processo de estudo da desestatização dos portos do Estado de Santa Catarina"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foram indicados os Deputados Volnei Weber, Sargento Lima e Moacir Sopelsa para as vagas na Comissão Mista reservadas aos membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Havendo concordância dos membros da comissão, o Presidente passou a palavra ao Deputado Fabiano da Luz para relatar as seguintes matérias extrapauta: PL./0083.9/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joaçaba, exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0084.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 16.644, de 2015, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joaçaba; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Havendo concordância dos membros da comissão, o Presidente relatou a seguinte matéria extrapauta: PL./0051.1/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que impede no Estado de Santa Catarina a decretação de fechamento de estabelecimentos comerciais por decorrência da pandemia de Covid-19 sem reunião prévia com representantes dos empregadores e empregados; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Retomando a pauta, o Presidente relatou o PL./0231.3/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que "cria a figura do 'manual de manutenção' com entrega concomitante à inauguração da obra pública e adota outras providências"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Jair Miotto relatou as seguintes matérias: PL./0222.2/2019, de autoria da Bancada do PSL, que "Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e adota outras providências"; apresentou requerimento de diligenciamento à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0019.1/2021, de autoria do Governador do Estado, que "Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 17.202, de 2017, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento em apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências"; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Pedro

Squizatto Fernandes, Secretário de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2021.

Deputado Volnei Weber

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às doze horas e trinta minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Coronel Mocellin, os membros da Comissão: Deputada Ada Faraco de Luca, Deputada Ana Campagnolo, Deputada Paulinha, Deputado Fabiano da Luz e o Deputado Bruno de Souza. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente deu início à reunião colocando em discussão e votação a ata da 1ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, apresentou parecer favorável ao RQC/0001.0/2021, de autoria do senhor Deputado Sargento Lima, que “requer a constituição de Comissão Mista formada por Membros da Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o prazo máximo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de propor ao Poder Executivo Estadual o Plano de Cargos e Salários, Carreira e Vencimentos da carreira de Praça Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC)”, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, prosseguindo o senhor Presidente colocou o seu nome à disposição dos pares pra integrar a Comissão Mista como representante desta Comissão de Segurança Pública, ao qual foi aclamado por todos os membros da Comissão. O senhor Presidente passou a palavra à Deputada Paulinha que passou a relatar o PLC/0003.0/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que “altera a Lei nº 6.218, de 1983, que ‘dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências’”; exarou parecer pela aprovação com subemenda aditiva, que posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao senhor Deputado Bruno de Souza. O senhor Deputado passou a palavra ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, senhor Dionei Tonet, para, atendendo convite da Comissão, explanar sobre a distribuição do efetivo de policiais militares recém-formados pelo estado e o cronograma de distribuição de viaturas adquiridas por meio de emendas parlamentares, cujo registro taquígrafo reproduzido a seguir foi transcrito e revisto pelo taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) – Dando seguimento à pauta, conforme requerimento aprovado na primeira reunião ordinária desta Comissão, ouviremos agora o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, senhor Coronel Dionei Tonet, que fará uma explanação sobre a distribuição do efetivo de policiais militares recém-formados pelo Estado e também sobre o cronograma de distribuição de viaturas adquiridas por meio de emendas parlamentares.

A palavra está com vossa excelência, Coronel Dionei.

O SR. COMANDANTE-GERAL DA PMSC (Coronel Dionei Tonet) – Boa tarde, senhor Presidente; boa tarde, Deputada Paulinha, Deputado Bruno Souza e Deputada Ada que estão nos acompanhando; boa tarde a todos que estão presentes aqui neste ambiente.

De fato, uma situação que nos traz muita estranheza é o quanto as *fake news* trabalham dentro dos ambientes e produzem notícias não verdadeiras, e nós, justamente, buscamos aqui trazer um esclarecimento sobre.

Primeiro, vamos iniciar pelo assunto que eu imagino que seja o mais tranquilo de ser feito. O projeto que a Polícia Militar apresentou aos Deputados, para o qual tivemos uma participação muito expressiva dos Deputados, das emendas parlamentares no sentido de buscarmos reposicionar equipamentos e materiais para os nossos policiais ao longo de todo o Estado. De 2019 para 2020 nós conseguimos R\$ 11 milhões desta Casa de emendas parlamentares ao Orçamento do

Estado, e foram adquiridas 69 viaturas. Essas viaturas, cada Deputado, cada Deputada fez a entrega nas nossas comunidades, porque se a viatura está vindo por uma emenda do Deputado, cabe ao Deputado ir lá, prestar contas à sua comunidade e entregar para as nossas guarnições para que eles possam trabalhar. Então já fizemos a entrega de 69 viaturas, das aquisições que seriam ainda do Orçamento de 2020. Em função de atrasos de processos, nós acabamos tendo autorização muito tardia, no ano ainda de 2020, e nós não tivemos condições de comprar dentro do ano. Fizemos a entrega nesta Casa no dia 31 de março e a partir daí foi iniciado o trabalho, para o qual os Deputados foram convidados pelos nossos comandos regionais a fazerem as entregas.

É importante dizer à nossa comunidade que quando o Deputado faz a sua emenda, ele indica em qual cidade será colocada aquela viatura, então não cabe à Polícia Militar fazer juízo de valor sobre a cidade que o Deputado escolheu. Isso é importante posicionarmos.

Nós temos agora um processo que já está em licitação e há uma dificuldade, pois em função da pandemia as empresas montadoras de veículos, para fazerem a transformação de uma viatura da Polícia Militar, estão pedindo que nós tenhamos no mínimo 150 dias de prazo de entrega, depois do contrato. Então nós estamos nessa negociação para fazer a aquisição e agora, desta feita, são 123 viaturas que os Deputados nos agradeceram. E mais uma vez essas viaturas serão entregues para as cidades, para as comunidades às quais está sendo feita a oferta pelo Deputado – mais uma vez a Polícia Militar não tem poder de crivo sobre a distribuição desses equipamentos. E continuamos pedindo e agradecendo.

Paralelo a isso, em agosto do ano passado, nós conseguimos autorização do governo do Estado – o governo Moisés entendeu a carência que tínhamos – e fizemos a aquisição de 186 SUVs. Para onde essas viaturas serão distribuídas? Muito tranquilo. Nós temos nas nossas cidades diversas viaturas 2012 e 2013, a maioria dessas viaturas está nas pequenas comunidades, e hoje é importante dizer que 70% das nossas cidades a gente considera pequena comunidade, são cidades abaixo de dez mil habitantes, algumas chegam a treze mil habitantes, e que estão lá com viaturas velhas, defasadas, equipamentos não ajustados.

Então, para essas 186 a distribuição é técnica por parte da Polícia Militar e os nossos levantamentos de logística vão nos indicar onde estão essas viaturas velhas que precisam ser substituídas. E é dessa maneira que trabalharemos. Então entregaremos essas viaturas naquelas cidades onde nós temos viaturas 2012 e 2013.

Por que nós temos que trocar viaturas desse processo? Há estudos que dizem que uma viatura operacional – e as nossas trabalham 24 horas por dia – deverá ser substituída a cada cinco anos, e nós não estamos vencendo essa proposta – percebam os senhores que nós estamos voltando a 2012, 2013 neste momento. Mas há em andamento o maior investimento em segurança pública dos últimos tempos. Nós estamos, só no âmbito da Polícia Militar, nos próximos doze meses com R\$ 126 milhões de investimentos para a compra de equipamentos de inteligência, para a potencialização das nossas ações, para equipamentos de proteção individual, para que nós tenhamos coletes, novas pistolas, novos fuzis, e também, uma deficiência, para mais compra de viaturas. A nossa proposta é que nós consigamos nos próximos doze meses substituir as viaturas até o ano de 2016, para que nós tenhamos novamente economia de manutenção e mantenhamos a proposta.

Então respondendo a primeira pauta, que era dizer para onde estão indo e o cronograma de entrega das viaturas de emendas parlamentares, acreditamos que a segunda etapa da emenda parlamentar deste ano feita em 20 para 21 seja entregue da metade para o final do segundo semestre. Essa é a proposta que se imagina, mas podem ter certeza, e fica o compromisso do comando da corporação, de que será ofertada novamente a mesma modalidade de entrega, faremos o anúncio aqui nesta Casa, com os veículos expostos ao entorno e cada Deputado novamente será convidado a fazer a entrega nas cidades que forem indicadas e apadrinhadas por cada um.

Acreditando que essa demanda das viaturas esteja esclarecida, passaremos agora a falar sobre as projeções de efetivo da Polícia Militar.

Primeiro quero dizer que lamentavelmente, lamentavelmente, esta Casa, fazendo uso da metade de uma informação, teceu grandes críticas, exacerbadas críticas sobre aquilo que não era verdadeiro. E isso trouxe desconforto, porque buscar

esclarecer e correr atrás de uma notícia falsa é difícil. Que bom, que bom que a Comissão fez esse convite para que nós pudéssemos estar aqui e falar um pouco sobre o planejamento da Polícia Militar no tocante a sua distribuição de efetivo.

Primeiro temos que fazer uma projeção. A Deputada Paulinha falou sobre os trinta anos de serviço que a corporação exige para passar para a reserva. Se eu não fizer um planejamento de RH, de uma curva de RH, eu crio clarões dentro da estrutura e, de vez em quando, o Estado é surpreendido com a redução de seu efetivo, porque chega o tempo em que o policial vai para a sua reserva e se não houver um planejamento de inclusão, vai gerar essas ondas e isso nós temos que evitar.

Pautado nesse planejamento de RH, nós criamos um plano de inclusão na corporação, planejado pelo nosso Cesiep, no sentido de que nós precisamos incluir quinhentos policiais por ano para que nós consigamos equilibrar esse planejamento de RH e tenhamos a possibilidade de voltar a crescer. A Polícia Militar, e isso é uma verdade, teve uma redução do efetivo nos últimos três anos, fruto de governos que não fizeram a inclusão durante os seus governos. Nós tivemos governos – e eu não vou citar aqui o Governador para preservar e não parecer que estou fazendo uma manifestação política – que não fizeram a inclusão; teve governo que passou os quatro anos e não botou um único agente de segurança pública, e são os mesmo que, muitas vezes, criticam que não têm lá na frente o efetivo, mas o efetivo foi embora e naquele lapso de tempo criam-se esses clarões.

Nós temos uma capacidade de formação, nós temos capacidade de formar quinhentos homens na nossa faculdade. É importante dizer que o nosso soldado policial militar, desde 2009, já entra com nível superior e hoje ele faz mais um curso de nível superior na faculdade da Polícia Militar – nós formamos porque temos que ter um capital humano cada vez melhor, mais preparado, para prestar os serviços a nossa comunidade. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Voltando ao processo. No início do ano passado nós fizemos a inclusão de quinhentos homens, fizemos a sua formação e nós os utilizamos na Operação Veraneio – Operação Veraneio é aquele processo que fizemos para garantir que o verão aconteça de forma segura. Foi o primeiro ano que nós não retiramos policiais do interior do Estado para fazer a Operação Veraneio. Nós mantivemos todos os policiais no interior do Estado e utilizamos os novos policiais para fazer a Operação Veraneio. Reduzimos o impacto negativo nas cidades do interior e garantimos o pagamento de diárias de forma ajustada aos profissionais novos.

Nesse processo da Operação Veraneio, abrimos inscrições para uma janela de movimentações. O que é essa janela de movimentações? Os policiais antigos que já estão formados e trabalhando nas nossas comunidades se inscrevem optando pelos locais nos quais eles desejariam trabalhar. Feita essa janela, nós analisamos onde nós faríamos a distribuição dos novos. Então, autorizada a movimentação dos antigos, os novos foram cobrindo os espaços gerados pelos antigos, e aí entra o conceito da distribuição de efetivo. Não ficaria uma única cidade sem receber aporte de pelo menos um policial militar, não ficaria nenhuma organização policial militar – seja ela ambiental, seja ela rodoviária – sem receber aporte de pelo menos um policial militar, e foi se estratificando essa distribuição.

Existiam cidades que nós... Tivemos policiais que se inscreveram para a movimentação para diversas cidades dentro dos núcleos, a ponto de sair 47 policiais de uma mesma cidade, espalhando-se na região, buscando outros locais de trabalho. Esse é um movimento que se faz em RH para colocar o policial mais próximo da sua comunidade, colocar mais perto da sua família. Só que não há condições de atender a todos num único momento, porque nós tínhamos 500 policiais para serem posicionados para fazerem essas liberações. Foi extremamente exitosa essa janela de movimentações e acreditamos que vamos renovar esse mesmo modelo no próximo início de ano. Qual é a proposta que a Polícia Militar trabalha novamente? A previsão da conclusão do curso dos atuais alunos é 18 de dezembro, mas em 18 de dezembro já estaremos entrando na Operação Veraneio novamente. Nós vamos colocá-los novamente no trabalho da Operação Veraneio, teremos condições de manter o policiamento no interior do Estado sem haver nenhuma alteração e faremos o planejamento. Ao final, novamente uma janela de movimentações para perguntar àquele policial mais antigo se ele tem o desejo de ser movimentado, e os novos entram para fazer o posicionamento.

O que aconteceu, que eu digo que uma meia informação chegou nesta Casa? Só chegou a informação dos novos que estavam preenchendo os espaços da janela de movimentação, não chegou a informação da janela de movimentação. Então, quando se pega a planilha de distribuição do efetivo, em resumo, nós colocamos a distribuição em todas as regiões do Estado. A região oeste – e digo, o início de Santa Catarina é lá em Dionísio Cerqueira –, lá no início de Santa Catarina nós colocamos efetivo em todas aquelas regiões e vimos trazendo, toda a faixa litorânea também foi atendida.

Qual é o conceito do comando? Trazer equilíbrio à segurança pública. Por muito tempo o Estado causou desequilíbrio, quando ele atendia de forma a atender vontades próprias, atendia determinadas regiões e esquecia as outras, e desta vez nós fizemos um trabalho de apresentar esse modelo de entregarmos efetivo para todos os locais.

Voltando à questão das inclusões, e é importante que se diga isso aqui, quando se planeja uma inclusão de efetivo faz-se um processo no governo do Estado solicitando autorização, você faz um planejamento, e esse planejamento tem um objeto e o objeto passa a ser o número das vagas que se busca autorizar. Nós estamos falando do edital, o Processo 042, ele é de 19 ainda, quando nós pedimos ao governo do Estado o objeto mil vagas para serem ativadas. São esses últimos quinhentos que estão aqui, nós estamos concluindo o objeto daquele edital.

Temos uma outra demanda, nós não falamos dos nossos oficiais ainda. Nós ficamos com a nossa Academia de formação de oficiais fechada desde 16, nos arrastando com um único edital que tinha um objeto de setenta vagas e que só conseguimos desenrolar esse edital no último ano. Estamos com a nossa Academia novamente formando oficiais.

Então é importante que se posicione da seguinte maneira: faz-se controle de efetivos, faz-se gestão de RH, quando se faz planejamento de inclusão. Eu tenho uma proposta e a nossa proposta foi apresentada ao governo, no sentido de que esse plano tem que acontecer em cinco anos. Cada ano incluindo novos quinhentos policiais para que nós tenhamos condições, a partir de final de 2022, de voltar a crescer no efetivo da Polícia Militar.

Mais uma outra situação, senhor Presidente, se me permite. Sempre se fala que nós temos hoje um efetivo menor em comparação com a década de 1980. Na década de 1980 nós levávamos em torno de 4,5 horas para atender uma ocorrência, hoje nós levamos quinze minutos. Na década de 1980 nós levávamos de oito a dez horas para deslocar o nosso efetivo, em crimes de menor potencial, para uma delegacia. Hoje nós marcamos a audiência no Jecrim no teto da viatura, no nosso *tablet*. Nós potencializamos as ações dos nossos policiais e fizemos com que dependêssemos menos daquela quantidade de efetivo que tínhamos antes.

É importante posicionar que nós não podemos imaginar simplesmente um servidor de segurança pública como uma mão de obra; ele tem que ser um profissional altamente qualificado, capaz de intervir nas ações sociais e de combate à criminalidade com eficiência e eficácia. E é dessa maneira que nós vamos continuar trabalhando, planejando, potencializando, utilizando o recurso de inteligência artificial e melhorando o conceito sempre de potencializar as ações dos nossos homens.

Eu sempre brinco que em toda a manifestação eu costumo botar um dedo na ferida. Aqui vem o dedo na ferida da Alesc, e eu falo isso com muita tranquilidade. A Alesc tem nos seus quadros policiais ativos, num quantitativo superior a 70% das cidades de Santa Catarina. Precisamos melhorar o modelo de prestar serviço de segurança das Casas Militares dentro da Alesc também, nós precisamos aportar aqui uma outra forma, substituindo e melhorando a otimização dos nossos policiais que aqui estão para que nós ampliemos o serviço do policial para a sua comunidade. E aí é importante que nós tenhamos tranquilidade de discutir de forma clara, quando se fala em militar temporário, ninguém está falando em polícia temporária, não se deve distorcer o que se fala, nós estamos falando de militar temporário.

Nós temos, hoje, muitas atividades administrativas que são feitas por policiais e nós podemos colocar militar temporário para fazer essas funções administrativas no interior dos nossos quartéis, no interior das nossas diretorias, e nós conseguimos pegar esse policial remunerado, treinado, capacitado para ser agente de segurança e para colocar efetivamente no serviço de agente de segurança.

Então, é importante, Deputado, que quando se aportam alguns conceitos novos, que se busque entender a origem e o planejamento daquela origem. O militar temporário é, sim, uma forma moderna de gestão e nós precisamos avançar

cada vez mais nesse conceito para que nós possamos garantir que os nossos policiais estejam efetivamente a serviço da sua comunidade.

Sobre o plano de carreira que foi falado nesta Casa, e é importante que se diga, nós precisamos, sim, trabalhar o plano de carreira. Nós precisamos melhorar, sim, o plano de carreira. Mas eu digo: nós não podemos matar a meritocracia no plano de carreira. A meritocracia é aquele soldado que estuda, passa para o curso de cabo, estuda e passa para o curso de sargento e avança na sua carreira. Quando a gente fala em quadro especial, é aquele que muitas vezes não teve a capacidade operacional, técnica de passar no curso e escolhe o quadro especial. Nós temos que buscar uma maneira de trazer esse pessoal do quadro especial de volta para a carreira, mas nós não podemos matar a meritocracia.

Então nós temos que ter uma dosagem equilibrada dentro desse processo que se pretende instaurar. Nós temos os dois Estados Maiores... Para que se entenda o que é o Estado Maior, o Estado Maior é um *staff* de gestão e de comando no qual nós temos múltiplos conhecimentos que são trabalhados. Nesse *staff*, que se chama Estado Maior, estão sendo discutidos, no Bombeiro Militar e na Polícia Militar, os planos de carreira. Chegamos no ponto em que juntamos agora os dois *staffs* de comando do Bombeiro e da Polícia Militar e estamos avançando na discussão do plano de carreira, para que nós não tragamos prejuízos a alguém; nós temos que tentar trazer melhoramento para a carreira de todos sem que nós trouxéssemos prejuízos ao nosso efetivo.

Então, contem com as corporações militares em serem parceiras na construção de um plano de carreira que traga bons benefícios a todos os policiais.

Senhor Presidente, se tiver alguma indagação específica eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) – Obrigado, Comandante. Quero agradecer pela explanação e por ter aceitado o nosso convite para estar aqui presente e fazer essa explanação, essa explicação, que eu já tinha conhecimento, mas alguns Colegas gostariam de ouvir da sua própria pessoa essas informações. Por exemplo, Itajaí foi uma das cidades de onde saíram 47, pediram transferência. Então, se for 47 para lá, se eu tenho só a metade da informação, por que 47 em Itajaí e, por exemplo, Balneário ninguém? Se de repente de Balneário ninguém saiu e ninguém entrou, fica igual. Se sair 47 de Itajaí e entrar 47, fica tudo igual.

Então essa explicação foi muito salutar e o cálculo é muito simples, pois se tiver um policial em cada cidade e mais um nas Companhias e Batalhões especializados, nós já teríamos em média 1,5 em cada cidade – de 500 vai dar 350, mais ou menos, isso dá um policial e meio. Então não tinha muito o que ser feito. Mais foram ajustes de transferência de pessoal antigo, que com justiça foram transferidos para as cidades onde eles gostariam de trabalhar, e os mais novos foram ocupar o lugar daqueles mais antigos, ficando em média de um e meio por cidade a mais. É bom colocar essas informações.

Eu só queria fazer uma pequena ressalva na questão do quadro especial. Eu concordo que tem que ter a meritocracia, mas temos que oportunizar a meritocracia, pois nós tivemos nas corporações – temos que fazer esse resgate histórico – quase vinte anos sem oportunizar a que se pudesse fazer um curso de cabo e de sargento, e esse pessoal ficou por muitos anos sem receber a oportunidade de fazer esses cursos. Então, é esse pessoal que a gente gostaria que fosse resgatado e não o pessoal novo que não está tendo oportunidade, porque todos os anos agora, inclusive está em lei, tem o número de cabos e soldados que cada corporação tem que ter.

Quero cumprimentar aqui o Coronel Pontes, Subcomandante-Geral; o Major Mapelli, que o está acompanhando; o nosso colega Coronel Ricardo, Chefe da Casa Militar da Assembleia; e o Coronel Sell, presidente da Acors, que está conosco.

Fica aberta a palavra aos questionamentos para os demais colegas se desejarem.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu quero, sim.

Primeiro, eu quero agradecer o Coronel Dionei pela sua exposição de motivos e dizer que eu não coaduno com a injustiça que foi proclamada aqui há alguns ventos, por falta de informação acerca da postura da Polícia Militar na distribuição de efetivos.

Tão logo chegou o comentário para mim – é quando a gente ouviu –, imediatamente eu procurei o Coronel Dionei e fiquei sentida que a Casa tivesse feito uma manifestação tão injusta, porque penso eu que a política pública de segurança pública

tem que ser protegida de qualquer viés político, ideológico ou de grupo *a*, de grupo *b*, de grupo *c*. Nós não podemos fazer isso com a polícia.

Eu sou testemunha do seu trabalho, do trabalho que vem sendo seguido pela corporação ao longo dos anos, e acompanhei, pelas suas mãos, as planilhas de distribuição de policial. É claro que a gente tem demandas pontuais. Em Camboriú, por exemplo, o que os Vereadores me disseram quando eu estive visitando a cidade esses dias: Paulinha do céu, nós vamos ter quatro policiais, dois vão para a reserva, o outro ficou doente e não vai mais.

A despeito de toda a distribuição que foi feita, quatro quadros da Polícia Militar vão deixar a corporação nos próximos dias, ou deixaram, ou estão deixando. A polícia não consegue, por conta de uma política que não previu a substituição efetiva ao longo dos anos, repor esse quantitativo de pessoas que deixam as corporações ano a ano. Mas a gente começou um processo com esses quinhentos agora e eu acho que a gente tem que ter esse olhar para frente. Eu conheço comandantes que estão em cidades que têm situações de risco mais agravado, que têm grande preocupação com essa reposição dos que continuam, porque a cada dia que passa alguém entra para a reserva, alguém se aposenta, alguém deixa a carreira. Essa que é a verdade. Então, hoje é quase que enxugar gelo, né? A gente não vai resolver esse problema de um dia para o outro.

Mas eu quero defender aqui a sua altivez e a sua distribuição equânime e técnica nesse momento com esses policiais que ingressaram na carreira. E quero pedir que vossa excelência e o Coronel Pontes continuem tendo esse olhar sensível. Eu não acho que um policial tenha que ser transferido para uma cidade por conta de um pedido de um Deputado. Não! Porque todas as cidades têm demandas, algumas mais do que outras. Mas eu peço, advogo aqui, para que vossas excelências também consigam, dentro dos arranjos possíveis, manter essa atenção para as baixas que a gente vem tendo ao longo do tempo.

Quero também parabenizá-lo pelos investimentos; ao Governador Moisés pelo anúncio, pois pouco antes desse seu último afastamento ele derogou à segurança pública, não só à Polícia Militar, mas a toda a segurança pública do Estado de Santa Catarina um investimento altíssimo como nós nunca tivemos, num único momento, e que benza a Deus possa servir, ser útil na questão de equipamentos e de contratação, evidentemente de reforço de novas equipes para toda a equipe da segurança pública.

Sobre essa ponderação do quadro especial, eu vou colocar uma opinião pessoal. Por mim o quadro especial não deveria existir, ele tem que ser preparado para a sua extinção, essa é a minha visão. Eu concordo contigo que a gente tem que ter a meritocracia. No meu ponto de vista, o quadro especial foi um instrumento necessário e pontual quando a Polícia fez a reforma do seu modo de admissão, da qualificação do seu profissional. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Também concordo com o Coronel Mocellin quando ele aponta que a gente teve um período de retrocesso. Criou-se um plano de carreira que não permitiu, por várias gerações, que as pessoas tivessem a chance de ascender, a meritocracia, por exemplo, que a gente defende não foi sequer permitida. Então a gente tem uma questão de direitos que precisamos, de uma vez por todas como Estado, colocar a mão e dizer: pessoal, nós vamos ter esse tipo de método aqui, amparado na meritocracia, e vocês vão saber que a carreira é essa. Quadro especial, eu também acho que não é uma alternativa para a gente enquanto carreira. Francamente, essa é a minha opinião.

Mas quero aqui reforçar a minha fala na defesa dos instrumentos legais da segurança pública; mais uma vez enaltecer o seu trabalho, Coronel Dionei, agradecer-lhe por tudo que tem feito por nós; dizer que o Coronel Ricardo aqui nos representa grandiosamente bem; e falar da relevância que a gente também tem enquanto Poder e o quanto a gente também tem essa necessidade de manter a força policial presente no nosso Poder.

Hoje a gente vive um momento pandêmico e de poucas tempestades, mas a gente tem aqui também a salvaguarda de um espaço que precisa da presença da Polícia Militar. Eu não consigo ver, por mais que eu respeite o trabalho da segurança privada, eu não consigo ver, em algumas funções aqui dentro do Parlamento, espaço para a substituição plena dessa função, por isso que a gente precisa dos meninos aqui por mais um pouco.

O certo é que a gente tenha mãos, pernas e braços, enquanto Estado, para prover a força policial necessária para todas as cidades, um processo que reiniciou neste governo.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) – Obrigado, Paulinha.

Mais algum Colega gostaria de fazer uso da palavra?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) – Com a palavra a Deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Quero cumprimentar, em nome do Coronel Dionei, toda a corporação. Eu sei que essa luta é árdua, é difícil e já tem tempo, não é, Coronel? Quando eu era Secretária da Justiça essa luta já existia, não é verdade? Contem sempre com o meu apoio e com a minha dedicação. E acho, sim, que o Estado tem que valorizar muito o plano de carreira dos policiais, porque o tripé do Estado, na minha ótica, sem muitas delongas, é segurança, saúde e educação. Esse é o tripé que sustenta o Estado e o governo, e vocês estão incluídos nesse tripé, obviamente.

Quero dizer para o senhor também que eu destinei... porque eu acho gozado quando dizem: eu doei dois carros. Não, eu destinei o dinheiro do governo para o Município de Lauro Müller e para o Município de Morro da Fumaça com viaturas em função, inclusive, Coronel Dionei, do Programa Catarina, que é um programa maravilhoso. Ele começou em Chapecó e espalhou-se pelo Estado inteiro, foi exemplo, modelo para o Estado inteiro. Ele é maravilhoso.

Inclusive depois eu vou mandar um ofício para o senhor, porque eu não vou ficar perguntando aqui e agora porque vai ficar muita delonga, muita confusão, mas quantos Municípios dispõem da Rede Catarina e qual é o efetivo destacado para esse projeto da Rede Catarina? O senhor sabe que a minha bandeira sempre foi em defesa da mulher, da menos favorecida e da mulher que sofre agressão, e esse destino que eu dei à Morro da Fumaça e à Lauro Müller foi o que eu pude fazer por enquanto, mas já estou destinando mais.

A gente procura fazer a nossa parte. Então, conte sempre comigo e eu acho que tem que contar com todos os Parlamentares para que, de uma vez por todas, nasça essa criança, que é o plano de carreira de vocês, porque já faz tempo. Eu estou no meu quarto mandato, Coronel, e estou acompanhando isso há quanto tempo? E tem horas que eu chego a me irritar, entendeu, porque não depende de nós. Nós só podemos fazer as audiências, criticar, elogiar e legislar, pois quem tem a caneta na mão não são os Deputados; os Deputados podem opinar, podem dar sugestão, como a gente está fazendo aqui com o senhor, que com muito orgulho comanda muito bem nosso Estado e é muito elogiado por onde eu vou.

A gente vai ajudar no que pode, o senhor conte comigo, o senhor sabe disso, pois me conhece, está bom? Não vou fazer muitas delongas porque, juro por Deus, tudo o que foi falado aqui hoje é a décima vez que eu escuto, em outras palavras e de outros Parlamentares, mas é sempre a mesma tecla, e nós precisamos de resultado e não de blá-blá-blá. É isso o que eu penso, está bom?

Um abraço, Coronel, tudo de bom, boa sorte e sucesso sempre.

O SR. COMANDANTE-GERAL DA PMSC (Coronel Dionei Tonet) – Obrigado, Deputada.

Se o Presidente me permitir, nós estamos em 97 cidades com a Rede Catarina, nós temos um projeto agora aprovado pelo Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos em que nós vamos conseguir colocar, Deputada, um sistema eletrônico com inteligência artificial, nós faremos o monitoramento do agressor e nós vamos chegar e proteger a mulher antes de o agressor chegar novamente à presença dela. Esse projeto é muito importante, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Palmas, palmas. Maravilha.

O SR. COMANDANTE-GERAL DA PMSC (Coronel Dionei Tonet) – Quando nós apresentamos a ideia desse projeto para a Ministra Damaris, ela ficou encantada. Nós estamos trabalhando no projeto, é um projeto de R\$ 1,6 milhão de investimento federal em Santa Catarina, e a ideia é que nós sejamos o *case* a ser levado para o Brasil depois, o processo é de reconhecimento facial, georreferenciamento. O agressor vai ser reconhecido pelos nossos sistemas, todas as câmeras

instaladas no entorno vão estar monitorando. E nós temos o nosso PMSC Cidadão, o nosso botão do pânico, porque para toda medida protetiva é ofertada a atualização do sistema para que a mulher vítima da agressão possa ter esse movimento. Então nós vamos usar a inteligência artificial, e a nossa guarnição que estiver mais perto daquele local vai receber o alerta no *mobile*, no sistema de SAD onde nós trabalhamos, e nós faremos, aí sim, pela primeira vez eu tenho dito isso, a proteção das mulheres. A senhora sabe a dificuldade que uma mulher tem para vencer as amarras sociais e fazer a denúncia, e muitas vezes ela faz a denúncia, oferta e o Estado não consegue protegê-la.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Sim, é muito difícil.

O SR. COMANDANTE-GERAL DA PMSC (Coronel Dionei Tonet) – Então, nós temos que criar mecanismos para que, de fato, o Estado proteja as mulheres que são vítimas de violência. E eu conto sempre com o seu apoio, eu sei que a senhora é bastante aguerrida nesse conceito também junto ao Ministério.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Pode mandar comigo, Coronel, muito obrigada e valeu. Eu não estava sabendo, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) - Eu conheço bem o programa Rede Catarina porque a minha filha trabalha nele lá em Balneário e elogiei muito. Parabéns pelo trabalho que estão fazendo.

Mais algum colega gostaria de fazer algum questionamento ou comentário? (*Ninguém se manifesta.*)

Eu gostaria de fazer um comentário final. Eu acompanhei a corporação desde 1983, quando foi a minha inclusão lá em Chapecó, e nós ficamos um período de seis anos sem inclusão, isso a gente está sentindo até hoje dificuldades de conseguir repor o efetivo. Então, todas as cidades querem mais efetivo, mas com inteligência, com critérios, com a qualificação, principalmente dos nossos profissionais.

Nós temos conseguido resultados excepcionais, tanto é prova que os números da segurança pública nos índices de redução de criminalidade nos últimos anos estão ano a ano diminuindo, e isso é a prova de que o caminho que a Polícia Militar está seguindo é o caminho certo. Então eu quero dar os parabéns.

Nós precisamos valorizar os nossos profissionais, e eu falo isso porque nós temos sete anos sem nenhum tipo de reposição salarial para a segurança pública, então nós estamos trabalhando junto ao governo; nós, as associações de militares, tanto de oficiais como de praças, temos debatido já desde o início de 2019, fazendo inúmeras reuniões, e precisamos retomar essas negociações para que aporte aqui na Casa, o mais breve possível, o projeto de reposição salarial da segurança pública. E eu quero te agradecer, Paulinha, por ser uma grande batalhadora na defesa dos policiais e da segurança pública, assim como a Ada De Luca e como todos os nossos Parlamentares, que de uma forma geral têm defendido com muita garra a questão da segurança pública.

Então eu quero agradecer também pela tua presença. Se você precisar fazer mais algum esclarecimento, algumas palavras sinais, fique à vontade.

O SR. COMANDANTE-GERAL DA PMSC (Coronel Dionei Tonet) – Bom, Presidente, eu que agradeço pela oportunidade de poder ter vindo aqui trazer informações. Eu tenho dito, com muita tranquilidade, que o comando da corporação é feito por várias mãos. Os meus coronéis são a minha primeira linha de *staff* de comando e nós trabalhamos planejando, efetivamente, as ações que a Polícia Militar irá tomar. E estamos perfeitamente tranquilos no sentido de que somos transparentes em tudo o que fazemos, porque há um planejamento operacional, há uma expectativa.

Quando se fala na redução da criminalidade, nós trabalhamos os conceitos, mudamos a forma de emprego operacional, paramos de fazer a transposição do efetivo entre regiões para fazer operações, pois eu tirava o efetivo de uma região para fazer a operação na outra, e assim desabavam os números do outro lado. Hoje nós trabalhamos com o sistema de inteligência de forma antecipada, nós nos antecipamos às ocorrências, reduzimos confrontos e letalidades e melhoramos muito a atuação dos nossos policiais. Então eu tenho que elogiar os nossos policiais que trabalham dentro desse novo conceito. O meu Subcomandante faz esse aporte operacional no sentido de que nós estamos derrubando os índices criminais em Santa Catarina e garantindo qualidade ao nosso policial; nós estamos ofertando equipamentos de segurança e planejamento de materiais.

Temos um projeto, Deputado, que foi construído e é importante dizer isso. A bancada federal nos apoiou num projeto e nós conseguimos um investimento em Brasília de R\$ 19,2 milhões que serão empregados na compra de viaturas blindadas. Nós colocaremos dez viaturas blindadas no Bope, dez viaturas blindadas no Choque e colocaremos uma viatura blindada em cada um dos táticos que nós temos no Estado. Onde nós tivermos um tático, nós teremos equipamentos de proteção, porque nós temos que ter um policial preparado para agir próximo da sociedade, mas ele tem que estar protegido no momento do enfrentamento - o que infelizmente tem acontecido por muitas vezes - e nesse enfrentamento ele tem que estar, no mínimo, com a proteção dos equipamentos individuais.

Quem está próximo sabe que eu tinha feito uma proposta. Quando eu assumi o comando eu peguei o meu colete e devolvi, botei na guarda e disse: distribua para os demais trabalharem. Eu só fui pegar o meu colete quando, em agosto do ano passado, nós conseguimos botar colete para todo mundo de novo. São coisas que a gente não conta, não espalha, não tira a imagem, mas é dessa forma que eu trabalho, e eu vou continuar trabalhando para fortalecer a nossa instituição. Não tenho preocupação nenhuma com a minha imagem pessoal, eu tenho preocupação com a nossa instituição, com o nosso efetivo.

E é dessa forma, Presidente e Deputados que nos acompanham, que nós continuaremos trabalhando, fortalecendo a instituição. Quando o senhor fala dos sete anos que estamos sem receber reposição salarial, temos que ter isso de forma muito clara: são vários governos que passaram aí e que se omitiram de dar essa reposição. Então, quando esse projeto aportar aqui nesta Casa, que ele tenha o devido trato, a celeridade. E eu tenho pedido que esse projeto seja aprovado este ano, para que no dia 1º de janeiro, quando a Lei 173 nos permitir, nós tenhamos condições de já aportar recursos, e eu digo, principalmente aos nossos cabos, soldados e 3º sargentos da reserva, que com a mudança que houve nas regras de proteção social, estão pagando 10,5% do seu salário, coisa que não faziam pela regra de transição. Então, peço que o projeto preveja que, no mínimo em janeiro, nós tenhamos 10,5% para fechar a conta, para que parem de tirar recursos dos nossos inativos.

Então, há uma série de planejamentos, são muitas ações que temos que fazer, e contem sempre com a Polícia Militar para continuar construindo um Estado mais seguro, porque o tripé que a Deputada Ada fala, saúde, educação e segurança, se nós temos segurança, nós temos condições de ofertar saúde e educação, mas o inverso não é possível.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Coronel, desculpa lhe interromper.

Presidente, somente para lhe pedir licença, pois eu realmente preciso sair em razão de outros compromissos agendados. Muito obrigada e parabéns, gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) - Muito obrigado, Paulinha.

O SR. COMANDANTE-GERAL DA PMSC (Coronel Dionei Tonet) - Faltava dizer apenas o meu muito-obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Coronel Mocellin) - Para finalizar, eu quero também fazer alguns pequenos comentários.

Sempre que se fala do tripé, todos citam segurança pública, saúde e educação. A saúde no Brasil e no Estado tem 12% de verba garantida, porque o Orçamento do Estado tem que ser canalizado para a saúde, e 25% para a educação, concordam? E quanto é que tem para a segurança pública? Se ela é tão importante assim, por que não temos uma verba carimbada, um orçamento garantido para a segurança pública poder fazer investimentos? Esse é um trabalho que a gente também tem que fazer.

Outra coisa que a gente percebe ao circular e visitar os nossos quartéis... Aqui dentro, às vezes por alguns comentários de alguns Colegas, parece que ainda temos oficiais e praças um como antagonista do outro, um trabalhando contrário ao outro. Eu quero dizer aos que nos assistem através da TVAL que atualmente há uma harmonia muito grande entre oficiais e praças, é um tentando ajudar o outro, trabalhando de forma que a sociedade seja bem atendida. Soldado não tem medo de oficial, não tem receio de oficial; ele tem mais receio do bandido, da imprensa, do Ministério Público, do Juiz, do que dos oficiais. Internamente existe uma harmonia muito grande.

Mas a questão da audiência de custódia, na qual muitas vezes o policial prende o bandido e o Juiz pergunta para o bandido se ele foi bem tratado, sem perguntar para o policial como aconteceu a ocorrência, tem causado, muitas vezes, um desconforto muito grande e até um desânimo na tropa. Nós precisamos mudar alguma coisa na legislação para que os policiais se sintam realmente seguros ao fazerem o seu trabalho e sejam valorizados no dia a dia.

Eu quero aqui agradecer mais uma vez pela tua presença e pelas tuas explicações (*dirige-se ao Coronel Dionei Tonet*), agradecer pela presença dos demais oficiais, do Coronel Pontes, do Major Mapelli, do Coronel Sell, presidente da nossa Associação dos Oficiais, a Acors, do Coronel Ricardo, chefe da nossa Casa Militar, e de todos os demais colegas que participaram da reunião da Comissão de Segurança Pública.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente Ata com apoio da Coordenadoria da Taquigrafia das Comissões, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2021.

Deputado Coronel Mocellin

Presidente da Comissão de Segurança Pública

— * * * —

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às onze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Naatz, os Deputados Membros da Comissão: Deputada Marlene Fengler, Deputado Nazareno Martins e Deputada Dirce Heiderscheidt. O Senhor Presidente abriu a reunião colocando em discussão e votação a ata da 1ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção à ordem do dia, o Presidente colocou em discussão e votação os seguintes requerimentos: Requerimento de autoria da Deputada Paulinha, datado de 7 de março do corrente ano, solicitando a aprovação de Audiência Pública Virtual com o propósito de discutir os impactos ambientais causados pela denominada “Tragédia Ambiental na Lagoa da Conceição”, fatalidade ocorrida recentemente; a senhora Deputada sugere nesse requerimento, que sejam expedidos convites para participação as seguintes autoridades interessadas do Município de Florianópolis (Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal), ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, à Procuradoria-Geral do Estado e à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM; que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Requerimento de autoria do Deputado João Amin, datado de 8 de março do corrente ano, solicitando a aprovação de Audiência Pública virtual, com data e horário a definir para debater com a participação da Presidência da Casan as questões relacionadas aos danos ambientais ocasionados na Lagoa da Conceição, bem como esclarecer questões inerentes a instalação de estação de tratamento de esgoto no bairro João Paulo, município de Florianópolis; que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Por se tratarem de requerimentos com o mesmo objeto, a sugestão do senhor Presidente é a realização conjunta da audiência. Ainda sobre este assunto, o senhor Presidente informou que a Câmara de Vereadores de Florianópolis também aprovou a realização de Audiência Pública sobre o assunto, a ser realizada em conjunto com a Assembleia Legislativa, mas que ainda não foi recebido requerimento pela comissão. Deixou-se consignado, que, em caso de recebimento do requerimento da Câmara de Vereadores, fica aprovado. Por fim, foi colocado em discussão e votação o requerimento de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicitando a realização de Audiência Pública virtual, para discussão das seguintes demandas: 1) Possibilidade de mudança na categoria da Unidade de Conservação de Proteção Integral - Parque Nacional Serra do Itajaí, para Unidade de Conservação do Uso Sustentável; 2) A mudança da chefia do Parque Nacional, nomeando alguém capacitado e que

tenha identidade com a região, notadamente com a agricultura familiar de subsistência; 3) Investigação das autuações feitas pelos agentes ambientais desde a criação do Parque em 2004; 4) Possibilidade de incluir no orçamento da União, os recursos para que sejam realizadas todas as regularizações fundiárias relacionadas ao Parque Nacional Serra do Itajaí; que restou aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Roberto Curcio, Assessor Técnico da Comissão, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2021.

Deputado Ivan Naatz

Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente

— * * * —

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Volnei Weber, os membros da Comissão: Deputado Sargento Lima, Deputado Marcius Machado, Deputado Nazareno Martins, Deputado Jair Miotto e Deputado Jean Kuhlmann. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Dando início, o Presidente colocou em apreciação a Ata da 2ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se à apreciação do PLC./0006.2/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que dispõe sobre o porte de armas de fogo a Agentes de Segurança Socioeducativos, que estava pendente de votação; posto em discussão e votação o parecer favorável do Relator Deputado Sargento Lima, foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à ordem do dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado Marcius Machado, que relatou o PL./0226.6/2018, de autoria da Deputada Ada de Luca, que dispõe sobre a instalação de painéis solares fotovoltaicos nas escolas da rede pública estadual, presídios e penitenciárias de Santa Catarina; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente relatou o RQC/0001.0/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, que requer a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o prazo máximo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de propor ao Poder Executivo Estadual o Plano de Cargos e Salários, Carreira e Vencimentos da carreira de Praça militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (CBMSC); exarou parecer pela aprovação, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Volnei Weber e o Deputado Jean Kuhlmann foram indicados como representantes da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público na Comissão Mista. Ato contínuo, em nome do Deputado Moacir Sopelsa, o Presidente apresentou relatou o PL./0015.8/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina o Programa Cidade Amiga do Idoso e adota outras providências; exarou o parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Jean Kuhlmann, que relatou as seguintes matérias: PL./0526.4/2019, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a gestão associada de serviços públicos para a criação e implantação de Consórcio Intermunicipal de Saúde relacionado com a prestação de serviços públicos de interesse comum, na função, área e setor da saúde, e adota outras providências; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0043.1/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que inclui ao Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina; apresentou requerimento de diligência interna, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a se tratar, o senhor Presidente agradeceu a

presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei essa Ata, que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinado pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 05 de maio de 2021.

Deputado Volnei Weber

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

— * * * —

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Neodi Saretta, os membros da Comissão de Saúde: Deputado Jair Miotto, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Maurício Eskudlark, Deputada Ada de Luca, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado José Milton Scheffer. Ato contínuo, senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 6ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo senhor Presidente, passou a fazer a leitura do Ofício n. 0248/2021, de autoria da Câmara Municipal de São José, que encaminhou moção de Apelo n° 0014/2021, na qual solicitou urgentemente o conserto dos geradores dos Hospitais Regional de São José SC e Dr. Homero de Miranda Gomes. Senhor Presidente, solicitou o encaminhamento a Secretaria de Estado de Saúde, para que tomem as providências necessárias devidas, que foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, senhor Presidente passou a fazer a leitura do ofício n. 25/2021/SG/PRES/CMR, de autoria da Câmara de Vereadores de Rodeio que encaminhou Moção de Apelo n° 03/2021, na qual solicitou que o poder Executivo tome medidas administrativas urgentes para a compra de vacinas contra o coronavírus, COVID-19, para complementar o plano de vacinação implementado pela União. Ato contínuo, senhor Presidente solicitou o encaminhamento do referido ofício a Secretaria de Estado de Saúde, para que tome conhecimento e perceba a quantidade de mobilizações que estão havendo no Estado. Com a palavra o Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitou a essa Comissão, que informe no encaminhamento que essa é mais uma cópia e que seja também remetida a FECAM, para que se possam receber outras marcas de vacinas. Ato contínuo, o senhor Presidente solicitou o encaminhamento a Secretaria de Estado de Saúde, relatando que é mais uma moção recebida dos Municípios e solicitou também o encaminhamento deste ofício a Federação Catarinense dos Municípios, para que tenham conhecimento. Seguindo a ordem do dia, o senhor Presidente passou a fazer a leitura do Requerimento de autoria do Deputado Jessé de Faria Lopes, que requereu aos membros desta Comissão, deliberação a fim de aprovar o presente requerimento que pugna pela convocação do Dr. Armando Taranto Junior, ex-clínico de Rancho Queimado, para apresentar aos membros da Comissão o método de tratamento aplicado pelo Município de Rancho Queimado em favor dos pacientes Covid do serviço público de saúde. A referida audiência será realizada de forma virtual em data e horário a serem definidos em momento posterior. Ato contínuo, senhor Presidente, atendeu o convite, para que seja convocado o Dr. Armando Taranto Junior, ex-clínico de Rancho Queimado, nas próximas reunião ordinária desta Comissão de Saúde que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade a participação. Ato contínuo, senhor Presidente retirou de Pauta o PL./0302.1/2020, conforme solicitação do Deputado relator Jair Miotto. Ato contínuo, senhor Presidente passou a fazer a sua relatoria ao PL./0017.0/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que altera a Lei nº 17.335, de 2017, para incluir no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina, o "Dia Estadual pela Vacinação e em defesa dos trabalhadores da saúde", a ser comemorado anualmente no dia 18 de janeiro, e adota outras providências. Parecer exarado pela aprovação, com emenda substitutiva global que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, senhor Presidente, seguindo a ordem do dia, iniciou o debate sobre: "A conscientização da população sobre a importância e gravidade do Câncer de pele, melanoma", com os seguintes convidados: Karen Scherer Bastos, Médica Dermatologista lotada na gerência de regulação ambulatorial, neste ato representando o senhor Dr. André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, Maria Conceição dos Santos, Assistente Social neste ato representando à senhora Leoni Margarida Simm, Presidente da Associação Brasileira de Portadores de Câncer e Dra.

Lucilda Cerqueira Lima, Especialista em Oncologia Clínica, CEPON. Com a palavra à senhora Maria Conceição dos Santos, Assistente Social, agradeceu a presença e reiterou a importância do referido debate. Informou que o mês de maio é o mês de conscientização do câncer melanoma e falou sobre a importância da Associação Brasileira de Portadores de Câncer. Ato contínuo, explicou sobre o câncer melanoma, expondo dados e fatores de risco, bem como dados das pessoas que contraem e seus tratamentos. Com a palavra a Dra. Lucilda Cerqueira Lima, Especialista em Oncologia Clínica, CEPON, agradeceu a presença e informou que o melanoma é um câncer de pele extremamente mortal e reiterou ainda, que o principal fator de risco é a exposição solar, durante a infância e a adolescência. Informou que o que falta no Estado é a prevenção de câncer de pele, onde deve ser mais divulgado. Relatou ainda, que a secretaria de saúde, deveria fazer um rastreamento, com campanhas e distribuição de protetores solares. Ainda com a palavra, declarou que o tratamento principal do melanoma é a cirurgia e hoje o CEPON, tem todo o tratamento cirúrgico. Com a palavra o senhor Presidente, reiterou que devem ser intensificadas as prevenções. Com a palavra Karen Scherer Bastos, Médica Dermatologista lotada na gerência de regulação ambulatorial, que falou sobre a teledermatologia e informou que todos os cuidados são necessários para com o Melanoma e que devem ser tomadas medidas de prevenções. Reiterou que devem ser intensificadas as campanhas de prevenção e o diagnóstico precoce, vez que se iniciar o tratamento no começo da doença ela pode ser curada. Com a palavra o senhor Presidente agradeceu as explicações e lisonjeia a telemedicina que está funcionando bem. Com a palavra o Deputado Dr. Vicente Caropreso, reiterou que o diagnóstico precoce é fundamental. Informou que tudo se resume em treinamento de equipes de ponta para que a prevenção seja iniciada precocemente. Com a palavra a Deputada Ada de Luca, informou que em matéria de prevenção não só de câncer melanoma e de todos os tipos de câncer, deveria ser feita uma campanha para que as pessoas se conscientizem. Com a palavra, a senhora Maria Conceição dos Santos, Assistente Social, informou que no ano de 2018, foi feita uma campanha de conscientização, reiterando à necessidade de ter um olhar mais atento a questão de proteção e prevenção. Com a palavra o Senhor Presidente, reiterou a importância das prevenções e agradeceu todos os convidados presentes, bem como os membros dessa Comissão e encerrou a reunião da qual eu, Carlos Vinicius Duering, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Reunião e publicada no Diário da Assembleia.

Coordenadoria das Comissões, 11 de maio de 2021.

Deputado Neodi Saretta

Presidente da Comissão de Saúde

— * * * —

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputada Paulinha, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Maurício Eskudlark e Deputado João Amin. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado João Amin que relatou as seguintes matérias: **Devolução de vista sem manifestação ao PL./0496.4/2019**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispõe sobre as associações de Municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 30 da Constituição Estadual”. Posto em votação o parecer pela admissibilidade exarado pelo relator Deputado Kennedy Nunes, foi aprovado por unanimidade; **PL./0232.4/2019**, de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Dispõe sobre infrações de trânsito e guarda de veículos envolvidos em ocorrências”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi cedida a palavra a Deputada Paulinha, que relatou as seguintes

matérias: **PL./0309.8/2019**, de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Altera a Lei nº 15.133, de 2010, que “Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências”. Apresentou requerimento de diligência externa à Procuradoria Geral do Estado - PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0372.4/2020**, de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Dispõe sobre o recebimento, pela Secretaria de Estado da Educação, de projetos de engenharia em doação, sem ônus ou encargos, de pessoa física ou jurídica de direito privado”. Apresentou parecer pela admissibilidade, nos termos da subemenda modificativa à Emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0042.0/2019**, de autoria da **Deputada Ada de Luca**, que “Estabelece a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres”. Exarou parecer pela aprovação da matéria, rejeitando a emenda substitutiva global da Deputada Ana Campagnolo, voltando em sua forma original, que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao Deputado Coronel Mocellin; **PL./0254.0/2020**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Institui o programa de financiamento para a aquisição de equipamentos de informática no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini que relatou as seguintes matérias: **PL./0056.6/2021**, de autoria do **Deputado Volnei Weber**, que “Dispõe sobre procedimentos para aumentar a transparência ao cidadão, no momento da administração da vacina contra a COVID-19, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela aprovação que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Apresentou requerimento de tramitação conjunta dos **PL./0124.1/2021**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Fica instituído o programa Renda Básica de Cidadania no Estado de Santa Catarina” ao **PL./0092.0/2021**, de Autoria do **Deputado Fabiano Luz**, que Institui o Programa Estadual de Renda Básica de Cidadania e de Renda Básica Emergencial no Estado de Santa Catarina. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; No mesmo momento, apresentou requerimento de tramitação conjunta do **PL./0147.8/2021**, de autoria do **Deputado Ismael dos Santos**, que “Dispõe sobre a inclusão das pessoas com deficiência permanente severa e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no grupo prioritário para vacinação, estabelecido no Plano Estadual de Operacionalização de Vacinação contra a COVID-19” ao **PL./0114.0/2021**, de Autoria do **Deputado Fabiano Luz**, que “Ficam incluídas as pessoas com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltipla e com transtorno do espectro autista, como grupo prioritário do Plano Estadual de Vacinação contra a COVID-19, no Estado de Santa Catarina”. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Deputado Coronel Mocellin relatou as seguintes matérias: **Devolução de vista sem manifestação ao PL./0307.6/2020**, de autoria do **Deputado Felipe Estevão**, que “Institui o Programa Geral de Saúde Mental das Polícias do Estado de Santa Catarina, a indenização em decorrência de suicídio de policial e adota outras providências”. Posto em votação o parecer pela rejeição da matéria exarado pelo relator Deputado Maurício Eskudlark, foi aprovado por unanimidade; **PL./0072.6/2021**, de autoria da **Deputada Dirce Heiderscheidt**, que “Institui o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho no âmbito do Estado de Santa Catarina, visando o combate e a prevenção à violência contra a mulher”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0048.6/2021**, de autoria do **Deputado Jair Miotto**, que “Institui o serviço itinerante de coleta de sangue no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Apresentou parecer pela rejeição da matéria e sua transformação em indicação ao Poder Executivo que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0143.4/2021**, de autoria do **Deputado Ismael dos Santos**, que “Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de recreação infantil no Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Secretaria de Estado de Saúde, e a Secretária do Estado da Educação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0012.5/2021**, de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Institui o Título Padre Anchieta a ser concedido aos

professores e alunos dos estabelecimentos públicos estaduais catarinenses de ensino fundamental e médio e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. Em seguida foi cedida a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que relatou as seguintes matérias: **PL./0362.2/2020**, de autoria do **Deputado Jessé Lopes**, que “Dispõe sobre a proibição da vacinação compulsória contra a Covid-19, com vacina desprovida de comprovação científica reconhecida pelo Ministério da Saúde e certificada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0366.6/2020**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que “Institui o Programa Horta Escolar nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0113.9/2021**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Veda a retenção de descontos no pagamento de recursos emergenciais ao setor cultural e a exigência de certidão negativa de débito com entes federativos nos editais do setor cultural, na forma que menciona”. Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0013.6/2021**, de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação dos cartórios de registro civil ao Ministério Público, da realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 (quatorze) anos”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedido. Por conseguinte, o Deputado Maurício Eskudlark relatou as seguintes matérias: **PL./0024.9/2020**, de autoria do **Deputado Del. Ulisses Gabriel**, que “Dispõe sobre a flexibilização da forma de pagamento da fiança concedida por juiz estadual ou autoridade policial do estado de SC”. Exarou parecer pela inadmissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0038.4/2021**, de autoria do **Deputado Coronel Mocellin**, que “Proíbe a utilização de tachas, tachões, e dispositivos similares aplicados transversalmente às vias de acesso aos estabelecimentos comerciais no estado de SC”. Apresentou requerimento de diligência à Procuradoria Geral do Estado – PGE, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina - FECOMERCIO, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0112.8/2021**, de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Reconhece o Município de Maravilha como Capital Catarinense ‘Cidade das Crianças’”. Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dada a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa, que relatou as seguintes matérias: **OF./0589.4/2018**, de autoria da **Entidade Social**, que “Solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Capinzal e Região”. Dentro deste projeto foi apensado o OF./0035.8/2019. Exarou parecer pela admissibilidade na forma de Projeto de Lei, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0085.0/2021**, de autoria do **Deputado Valdir Cobalchini**, que “Dispõe sobre a aquisição de vacinas contra a COVID-19 por pessoas jurídicas de direito privado”. Exarou parecer pela admissibilidade nos termos da Emenda Aditiva, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi cedida a palavra a Deputado José Milton Scheffer, que relatou as seguintes matérias: **Devolução de vista sem manifestação ao PLC/0023.3/2020**, de autoria do **Deputado Mauro de Nadal**, que “Altera a Lei Complementar nº 417, de 2008, que fixa o efetivo da PMSC no art. 2º, alínea "a" do inciso V e alínea "a" do inciso VI, transferindo vagas do Quadro Especial de Cabos e Terceiros-Sargentos para o Quadro de Subtenentes PM e estabelece outras providências”. Posto em votação o parecer pela aprovação, exarado pelo relator Deputado Valdir Cobalchini, foi aprovado por unanimidade; **PL./0061.3/2021**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Institui o ano do bicentenário de nascimento de Anita Garibaldi”. Posto em discussão e votação o parecer pela admissibilidade com emenda substitutiva global, foi aprovado por unanimidade; **PL./0193.3/2020**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que “Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio ao Transportador Escolar (PATE) no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da pandemia da COVID-19”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias: **PL./0050.0/2021**, de autoria da **Deputada Marlene Fengler**, que “Dispõe sobre a garantia de prioridade na tramitação de processos e procedimentos e na execução de atos e

diligências judiciais, em ações cíveis e criminais decorrentes de estupro e em ações criminais decorrentes de feminicídio, no âmbito do Estado de Santa Catarina". Apresentou parecer pela aprovação, nos termos da Emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0152.5/2021**, de autoria do **Deputado Bruno Souza**, que "Acrescenta o § 4º ao art. 40 da Lei nº 10.297, de 1996, a fim de prever as modalidades possíveis de restituição do excedente nas operações de substituição tributária". Exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0153.6/2021**, de autoria do **Deputado Jerry Comper**, que "Denomina Sargento Sívio Roling Longen, o edifício-sede da 7ª RPM/13ª BPM/3ª Companhia da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, no Município de Taió". Apresentou parecer pela admissibilidade, na forma da Emenda Substitutiva Global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. E por final o presidente Deputado Milton Hobus passou a relatar as seguintes matérias pendentes de deliberação: **PLC./0004.0/2020**, de autoria do **Deputado Bruno Souza**, que "Cria Sistema de Financiamento de Atividades de combate à situações de emergência e calamidade pública; altera a Lei nº 6.745, de 1985, para criar rol de situações especiais conforme art. 24, e adota outras providências.". Posto em votação o parecer pela rejeição da matéria exarado pelo relator Deputado Kennedy Nunes, foi aprovado por unanimidade; **PSA/0002.8/2020**, de autoria do **Deputado Jessé Lopes**, que "Susta o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Poder Executivo Estadual.". Dentro deste projeto foi apensado o PSA/0004.0/2020, PSA/0005.0/2020 e PSA/0006.1/2020. Posto em votação o parecer pelo arquivamento da matéria exarado pelo relator Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 11 maio de 2021.

Deputado Milton Hobus

Presidente da Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte um, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Ana Campagnolo, Bruno Souza, Jean Kuhlmann, Jerry Comper, Luciane Carminatti, Marlene Fenger, Sargento Lima e Sívio Dreveck. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 9ª reunião ordinária que, em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente abriu a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Jean Kuhlmann relatou o PL./0133.2/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que "Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências", para dispor sobre a postergação e a flexibilização do recolhimento de taxas, em casos de decretação de estado de defesa, de calamidade pública, ou outro, seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Lima relatou o PL./0286.7/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que dispõe sobre a aplicação de multa, após o trânsito em julgado, para as pessoas que forem condenadas pelo crime de pedofilia no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado Sívio Dreveck. Os Deputados Sargento Lima e Marlene Fenger devolveram sem manifestação seus pedidos de vista em gabinete ao PL./0289.0/2019, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a prorrogação de pagamento de ICMS devido por estabelecimento que comprovadamente tenha sido atingido por catástrofe climática, incêndio ou qualquer outro evento fortuito que paralise sua atividade comercial, posto em discussão e votação o parecer do Deputado Jerry Comper, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Bruno Souza. O PL./0019.1/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre sanções a serem aplicadas a empresas do setor de segurança privada

que origem chamada telefônica para serviços de segurança pública, quando a ocorrência relatada não for confirmada pelo agente público acionado, ou que não disponibilizem preposto no local para atendimento técnico/operacional, foi retirado de pauta pelo Presidente Marcos Vieira. O Deputado Jerry Comper relatou a MPV/00237/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 6º da Lei nº 18.094, de 2021, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, seu parecer foi favorável que, posto em discussão, foi cedida vista em gabinete ao Deputado Sargento Lima. O Deputado Jerry Comper relatou também o PL./0326.9/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera o art. 5º da Lei nº 17.291, de 2017, que dispõe sobre a realização de eventos desportivos no Estado de Santa Catarina, para ampliar a todos os organizadores de eventos desportivos realizados em via aberta a circulação, a apresentação do Certificado de Registro da Entidade Desportiva, outorgado pelo Conselho Estadual de Esporte, na forma da Lei nº 9.808, de 1994, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado Bruno Souza. O Deputado Bruno Souza retirou de pauta o PL./0168.2/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que "Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências". O Deputado Bruno Souza apresentou seu voto vista ao PL./0303.2/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que revoga o inciso XVI e o § 5º do art. 3º da Lei 16.773, de 2015, para extinguir a escala de 24 horas de serviço por 48 horas de descanso, aplicada exclusivamente ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Ato contínuo, o Deputado Bruno Souza emitiu o seu voto vista, manifestando-se pelo retorno do projeto à Comissão de Constituição e Justiça, para que esta se pronuncie sobre as Diligências externas recebidas. Como o voto do relator, Deputado Sargento Lima, foi pela aprovação da matéria, o Presidente colocou em discussão e votação o parecer do Relator, o qual declinou do seu parecer e voto. Ato contínuo, o voto vista do Deputado Bruno Souza foi colocado em discussão. O Presidente da Comissão solicitou à assessoria a elaboração de um Enunciado no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, determinando que os membros deste colegiado não mais poderão exarar parecer pela devolução de projetos para a Comissão de Constituição e Justiça. Discordando da deliberação, o Deputado Bruno Souza solicitou ao Presidente que "não se mude as regras do jogo no meio do jogo", e que seja realizada uma reunião com a CCJ, para, posteriormente, haver deliberação da Comissão sobre o enunciado. O Deputado Marcos Vieira fez a leitura do artigo 146, I do Regimento Interno da ALESC, onde consta que "cada Comissão deverá se pronunciar exclusivamente sobre matéria de sua competência prevista neste Regimento". A Deputada Marlene Fengler acrescentou que já foi Editado, nesta Casa, o Enunciado nº 002/2016, tratando do tema. O Deputado Bruno Souza novamente discordou do encaminhamento pela elaboração do enunciado, dizendo que o Presidente estaria "mudando a regra no meio do processo de votação". O Presidente Marcos Vieira afirmou que, durante a discussão, é regimental a retirada de pauta. Ato contínuo, o Presidente passou a presidência à Deputada Luciane Carminatti. O Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0093.0/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia - RodoSC, de incentivo à participação dos usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado e adota outras providências. Seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Marlene Fenger retirou de pauta o PL./0351.0/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que proíbe o consumo de cigarro e derivados do tabaco nos parques do Estado de Santa Catarina. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0347.3/2020, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que dispõe sobre o registro de violência contra a pessoa com deficiência no Boletim de Ocorrência expedido pelas Delegacias de Polícia Civil e pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0324.7/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre os centros de saúde estética no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Seu parecer foi pelo rediligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti retirou de pauta o PL./0296.9/2020,

de autoria do Deputado Nilson Berlanda, que assegura a presença de acompanhante em internação hospitalar de pessoa com deficiência, acometida de Covid-19, incluída a portadora de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas redes pública e/ou privada de saúde do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerrou a presente reunião, onde para constar eu Renata Rosenir da Cunha, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, doze de maio de abril de 2021.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

———— * * * ————

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte um, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Ana Campagnolo, Bruno Souza, Jean Kuhlmann, Jerry Comper, Luciane Carminatti, Marlene Fenger, Sargento Lima e Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 10ª reunião ordinária que em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente propôs alterações nas datas e horários das audiências públicas aprovadas anteriormente: a que trata da apresentação dos relatórios resumidos do quarto quadrimestre de 2020, com a presença do Secretário da Fazenda e sua equipe passará para o dia 26 de abril próximo, no horário ordinário da reunião da CFT e as audiências públicas requeridas pelas Deputadas Marlene Fenger Luciane Carminatti e Fernando Krelling, passará para o dia 31 próximo, às 15:00hs. Estas alterações propostas pelo Presidente foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente abriu a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Sargento Lima devolveu sem manifestação seu pedido de vista a MPV/00237/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 6º da Lei nº 18.094, de 2021, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, sendo o parecer do relator Deputado Jerry Comper aprovado por unanimidade. O Deputado Jerry Comper retirou de pauta a MPV/00236/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio emergencial, na forma de subsídio integral da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito, a microempreendedores individuais (MEI) e a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, para enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e estabelece outras providências. O Deputado Jerry Comper relatou PL./0295.8/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que proíbe a instalação de novos aproveitamentos hidrelétricos no perímetro urbano do Município de Tangará, seu parecer foi pela aprovação do projeto, posto em discussão foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Bruno Souza. A Deputada Marlene Fenger, relatou o PL./0351.0/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que proíbe o consumo de cigarro e derivados do tabaco nos parques do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi pela aprovação do projeto com emendas modificativa e aditiva, posto em discussão foi cedido vista em gabinete a Deputada Ana Campagnolo. Os Deputados Marcos Vieira e Bruno Souza devolveram sem manifestações seus pedidos de vistas ao PL./0194.4/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que altera a Lei nº 6.695, de 1985, que "Autoriza a doação de área de terras à União Catarinense dos Estudantes" permitindo a utilização de parte do imóvel em que está instalada a sede da entidade para fins de locação, com recebimento de valores para garantir sua subsistência. A Deputada Ana Campagnolo apresentou seu voto vista ao PL./0194.4/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que altera a Lei nº 6.695, de 1985, que "Autoriza a doação de área de terras à União Catarinense dos Estudantes" permitindo a utilização

de parte do imóvel em que está instalada a sede da entidade para fins de locação, com recebimento de valores para garantir sua subsistência, com o declínio do relator Deputado Silvio Dreveck em manter seu parecer, foi apreciado então, o voto vista que acabou aprovado por unanimidade. O Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0246.0/2020, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que altera a Lei nº 17.515, de 2018, que regulamenta a atividade de inspeção e comercialização de produtos de origem animal e vegetal para estabelecimentos de pequeno porte e agroindústria familiar (produtos artesanais), no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Silvio Dreveck relatou também o PL./0238.0/2020, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.911, de 2004, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-SC) e do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC) e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jean Kuhlmann relatou o PL./0338.2/2017, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta e cria o Programa Bicicleta em Santa Catarina, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao Diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Neste momento o Presidente transfere a presidência dos trabalhos à Deputada Luciane Carminatti. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0318.9/2020, de autoria Deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre o funcionamento das instituições privadas de educação infantil e assemelhados no âmbito do Estado de Santa Catarina, excepcionalmente durante o período da pandemia da Covid-19, para o desenvolvimento de atividades de atendimento pedagógico individualizado, atividades de cunho recreativo, esportivo, cultural e entretenimento, seu parecer foi favorável ao Diligenciamento da matéria, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0330.5/2020, de autoria Deputado Jair Miotto, que dispõe sobre a proibição de apologia a maus-tratos contra animais em materiais didáticos nos estabelecimentos públicos e privados de ensino no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vistas em gabinete ao Deputado Bruno Souza. O Deputado Bruno Souza relatou o PL./0034.0/2020, de autoria do Deputado Nilson Berlanda, que cria o Programa de Apoio Financeiro para Custeio de Eventos Esportivos Amadores, seu parecer foi contrário ao projeto posto em discussão foi cedido vistas em gabinete a Deputada Ana Campagnolo. O Deputado Bruno Souza relatou o PL./0168.2/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que "Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências", seu parecer foi favorável ao diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza apresentou seu voto vista PL./0326.9/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera o art. 5º da Lei nº 17.291, de 2017, que dispõe sobre a realização de eventos desportivos no Estado de Santa Catarina, para ampliar a todos os organizadores de eventos desportivos realizados em via aberta a circulação, a apresentação do Certificado de Registro da Entidade Desportiva, outorgado pelo Conselho Estadual de Estadual de Esporte, na forma da Lei nº 9.808, de 1994, seu voto vista foi favorável ao diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza apresentou seu voto vista PL./0296.9/2020, de autoria do Deputado Nilson Berlanda, que assegura a presença de acompanhante em internação hospitalar de pessoa com deficiência, acometida de Covid-19, incluída a portadora de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas redes pública e/ou privada de saúde do Estado de Santa Catarina. Seu voto vista foi favorável ao diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerrou a presente reunião, onde para constar eu Renata Rosenir da Cunha, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, dezoito de maio de abril de 2021.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ATOS INTERNOS**ATO DA MESA****ATO DA MESA Nº 238, de 28 de maio de 2021,**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR, a pedido, MONIQUE MARGO SERAFIM, matrícula nº 6672, do cargo de Assessor de Comunicação Social, código PL/ASC-3, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2021 (DCS- Coordenadoria de Radio).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 011-DL, de 2021**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 51, § 6º, da Constituição do Estado e com o art. 319, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 236, de 2021, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio emergencial, na forma de subsídio integral da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito, a microempreendedores individuais (MEI) e a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, para enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e estabelece outras providências”.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de maio de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - 1º Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - 2º Secretário

INSTRUÇÃO NORMATIVA**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, de 28 de maio de 2021**

Estabelece os procedimentos e os parâmetros do processo de digitalização para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e adota outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e com base no Ato da Mesa nº 230, de 26 de maio de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos e os parâmetros do processo de digitalização para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

§ 1º Os procedimentos de que trata o *caput* têm o propósito de padronizar e orientar os servidores da Alesc para a execução da digitalização de processos e de documentos externos, sendo compostos por cinco etapas descritas no Anexo I.

§ 2º Os documentos autuados no SEI, conforme padronização estabelecida nesta Instrução Normativa, têm valor de prova documental, de acordo com o § 2º do art. 438 da Lei nacional nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa e do SEI, serão utilizados os termos e definições constantes do art. 4º do Ato da Mesa nº 230, de 26 de maio de 2021.

Art. 3º O processo de digitalização de documentos deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade e sigilo do documento digital, em conformidade com o Decreto federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, que regulamenta o disposto no inciso X do *caput* do art. 3º da Lei nacional nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, na Lei nacional nº 14.129, de 29 de março de 2021, e na Lei nacional nº 12.682, de 9 de julho de 2012.

§ 1º Os procedimentos de digitalização devem reproduzir todas as informações contidas nos documentos originais.

§ 2º No processo de digitalização de documentos será utilizada assinatura eletrônica, conforme previsão da Lei nacional nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e do art. 3º da Lei nacional nº 12.682, de 2012.

§ 3º A autenticidade de documentos digitalizados deverá ser verificada em conformidade com o que prevê o art. 18 do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

§ 4º O processo de digitalização de documentos deve obedecer estritamente aos requisitos dispostos nesta Instrução Normativa.

§ 5º A configuração do sistema e do equipamento será realizada com o apoio da Diretoria de Tecnologia e Informações. A qual deverá garantir a rastreabilidade, a auditabilidade e a compatibilidade.

Art. 4º O documento digitalizado, em conformidade com os padrões estabelecidos nesta Instrução Normativa, terá o mesmo valor probatório do documento original para todos os fins de direito, conforme previsão dos arts. 411 e 425 da Lei nacional nº 13.105, de 2015 – Código de Processo Civil, e do art. 17 do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, a guarda, o armazenamento e o manuseio dos documentos digitalizados e deverão estar em conformidade com as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 230, de 2021, e nesta Instrução Normativa.

§ 2º Os documentos digitalizados serão conferidos e registrados conforme previsão do art. 21 do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

Art. 5º O documento externo, mediante a comparação entre o original e a cópia digitalizada, poderá ser atestado à autenticidade, consideradas as seguintes normas para sua validação:

- I – ser digitalizado a partir de documento original;
- II – não ter rasuras;
- III – não ter sido adulterado por raspagem, corretivos ou lavagem com solventes;
- IV – não ter sido redigido a lápis; e
- V – não conter fragmentos ou letras ilegíveis.

§ 1º A autenticação do documento deve ser realizada em consonância com o previsto no § 2º, art. 17 e art. 18 do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

§ 2º No caso de dúvida em relação à sua originalidade, o documento físico ficará sob a guarda da unidade de protocolo-geral ou de protocolo especializada, como forma de legitimar a chancela de sua autenticação.

Art. 6º Os documentos digitalizados que forem autuados nos processos do SEI, de acordo com o previsto no § 2º do art. 1º e no art. 4º, têm a mesma força probatória dos documentos originais, exceto se contestada a sua alteração ou falsificação, anterior ou durante o processo de digitalização, por meio de incidente de arguição de falsificação de documento, na forma dos arts. 25 e 29 do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

Art. 7º Todo documento digitalizado com base nesta Instrução Normativa e autuado em processo eletrônico deverá ser autenticado e submetido à conferência de integridade, observado o previsto nos arts. 17 e 21 do Ato da Mesa nº 230, de 2021, e os requisitos constantes dos incisos II e III do art. 411 da Lei nacional nº 13.105, de 2015.

Art. 8º O documento cuja digitalização seja tecnicamente inviável em arquivo eletrônico (PDF/A), tal como captura de vídeo ou áudio, deverá ser autuado no sistema em seu formato original, em conformidade com o art. 19 do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

Parágrafo único. O Anexo III desta Instrução Normativa discrimina os formatos de documentos suportados pelo sistema.

Art. 9º Realizada a conferência de integridade e de autenticidade do documento digitalizado, o documento físico apresentado à Alesc será devolvido, arquivado ou descartado, em consonância com o previsto no Capítulo III do Ato da Mesa nº 230, de 2021.

Art. 10. Os documentos físicos serão reorganizados, quando necessário, com base em orientação da Coordenadoria de Documentação, e arquivados conforme Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos.

Art. 11. Os procedimentos e os parâmetros especificados nesta Instrução Normativa serão aplicados a todos os processos de digitalização de documentos na Alesc.

Art. 12. Os casos omissos neste Ato serão deliberados pela Diretoria-Geral.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 02 de junho de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

ANEXO I

PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

1 – Preparação do documento:

1.1 verificar as dimensões das folhas do documento, sendo padrão o formato A4;

1.2 verificar a paginação do documento;

1.3 retirar grampos, cliques e espiral;

1.4 desamassar a(s) folha(s); e

1.5 recuperar página(s) rasgada(s).

A preparação do documento deve ser realizada de forma a evitar danos ao equipamento de digitalização, redução na produção diária e equívocos na digitalização.

2 – Captura da imagem:

2.1 acessar o equipamento e digitalizar os documentos conforme padrão (Anexo II), promovendo a digitalização:

2.1.1 de capas e contracapas, quando houver;

2.1.2 de páginas sem texto impresso (frente e verso), desde que contenham numeração ou qualquer outra informação;

2.1.3 preferencialmente, em arquivo eletrônico único até o tamanho máximo estabelecido pelo sistema, de até 20 (vinte) MB; e

2.1.4 dividindo o documento em tantos volumes/blocos quantos forem necessários, de forma que nenhum arquivo exceda o limite estabelecido.

3 – Conferência do documento digitalizado:

3.1 revisar a imagem e garantir a qualidade do arquivo capturado, com base nos padrões estabelecidos no Anexo II, para o fim de certificar que o documento digitalizado seja cópia fidedigna do documento físico registrado no SEI, por meio da conferência de integridade na tela “Registrar Documento Externo”, selecionando o tipo de conferência, qual seja:

- a. cópia autenticada administrativamente;
- b. cópia autenticada por cartório;
- c. cópia simples; ou
- d. documento original;

3.2 caso haja a constatação de que a imagem possui desconformidades ou não esteja padronizada ao que estabelece o Anexo II, essa informação deverá ser registrada, por meio do documento incluído e assinado no SEI, conforme modelo de “Certidão narrativa com observações”, nos seguintes moldes:

Certifico que, ao digitalizar os presentes autos, verifiquei a(s) situação(ões) a seguir transcrita(s):

- () Folha(s) com letras ou fragmentos de texto ilegíveis, até mesmo no documento físico;
- () Documento(s) de difícil digitalização;
- () Folha(s) com documento visível no processo físico, porém ilegível no digital;
- () Folha(s) faltante(s), a saber:
- () Folha(s) em branco não digitalizada(s) no processo eletrônico;
- () Folha(s) transformada(s) em mais páginas (contendo diversos documentos); ou
- () Outros. Especificar: _____

4 – Indexação:

4.1 nomear o documento, observando-se:

4.1.1 a adequada indexação, de modo a permitir a rápida identificação do documento no sistema e o acesso às suas informações;

4.1.2 as regras ortográficas e a identificação dos termos mais relevantes e pertinentes relativos ao tema tratado, com o propósito de sintetizar adequadamente as informações e reduzir a duplicidade de registro de documentos;

4.1.3 a utilização de abreviatura, se possível, do tipo documental seguido pelo número e ano (Res_001_2021; Pregão_001_2021);

4.1.4 caso necessário, o acréscimo de informação, no nome do arquivo, para o documento ou processo que tenha mais de um volume ou anexo (Pregão_001_2021_v1; Pregão_001_2021_v2; e, Pregão_001_2021_anexo1);

4.2 salvar o documento em formato PDF/A; e

4.3 armazenar o documento no sistema.

5 – Finalização:

5.1 devolver o documento físico apresentado ao interessado, juntamente com o número do processo do SEI; ou

5.2 organizar e arquivar provisoriamente os documentos originais comprobatórios a serem enviados para arquivamento, identificando, de forma clara, na parte superior direita, o seu registro/cadastro no SEI, composto pela palavra SEI e o número de 7 (sete dígitos), conforme previsão do § 3º do art. 20 do Ato da Mesa nº 230, de 26 de maio de 2021.

ANEXO II
PADRÕES PARA A DIGITALIZAÇÃO




Quadro 1 – Padrões técnicos mínimos

Resolução recomendada	Cor	Tipo original	Formato de arquivo	Reconhecimento de texto (OCR)
Tipo de documento: Textos impressos, sem ilustração, em preto e branco				
300 dpi	Monocromático (preto e branco)	Texto	PDF/A	Ativado
Tipo de documento: Textos impressos, com ilustração em preto e branco				
300 dpi	Escala de cinza	Texto/Foto	PDF/A	Ativado
Tipo de documento: Textos impressos, com ilustração e cor				
300 dpi	RGB (colorido)	Texto/Foto	PDF/A	Ativado
Tipo de documento: Fotografias e documentos cartográficos				
300 dpi	RGB (colorido)	Foto	PNG	Desativado
Tipo de documento: Plantas				
600 dpi	Monocromático (preto e branco)	Texto/Foto	PNG	Desativado
Tipo de documento: Papel reciclado*				
300 dpi	Monocromático (Brilho - máximo)	Texto	PDF/A	Ativado

Fonte: Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm>.

* O Conarq não recomenda a utilização de papéis reciclados na produção de documentos arquivísticos - Resolução nº 42, de 9 de dezembro de 2014 <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Analise_papel_reciclado_com_capa.pdf>.

Quadro 2 – Recomendações de ajustes no brilho da imagem digitalizada

Modo como a imagem aparece	Recomendação
 brightness	Imagem adequada para OCR
 brightness (caracteres cortados ou muito claros)	- reduzir o brilho para tornar a imagem mais escura; ou - digitalizar no modo de escala de cinza (o brilho será ajustado automaticamente)
 brightness (caracteres distorcidos, grudados ou preenchidos)	- aumentar o brilho para tornar a imagem mais clara; ou - digitalizar no modo de escala de cinza (o brilho será ajustado automaticamente)

Fonte: Guia do usuário do ABBYY® FineReader 11 <https://www.abbyy.com/media/5076/finereader_usersguide_portuguese.pdf>

ANEXO III

FORMATOS DE ARQUIVOS SUPORTADOS PELO SEI

DESCRIÇÃO	EXTENSÃO	TAMANHO MÁXIMO (MB)
Documentos textuais (inclusive planilhas eletrônicas)	.pdf (padrão PDF/A)	20
Imagens (fotografias)	.pdf (padrão PDF/A)	20
Apresentação de <i>slides</i>	.odp	20
Arquivo de formato de <i>Rich Text</i>	.rtf	20
Áudio MPEG camada 3	.mp3	20
Áudio MPEG-4	.m4a	30
Áudio vídeo <i>interleave</i> de som ou de filme	.avi	60
Áudio <i>wave</i>	.wav	100
Documento de texto	.odt	20
Documento do Microsoft Excel antes do Excel 2007	.xls	20

Documento do Microsoft Excel após o Excel 2007	.xlsx	20
Documento do Microsoft Word	.docx	20
Documento do Microsoft Word antes do Word 2007	.doc	20
Faixa de áudio de CD	.cda	20
Filme Moving Picture Experts Group	.mpeg4	50
Foto Joint Photographic Experts Group	.jpg, .jpeg	20
Página de linguagem de marcação de hipertexto	.html	20
Planilha eletrônica	.ods	20
Vídeo	.3gp	60
Vídeo MPEG 4	.mp4	160

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1162, de 27 de maio de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **RUBIA CARINE ESBROLIO**, matrícula nº 4343, na DA – COORDENADORIA DE BIBLIOTECA, a contar de 25 de maio de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1163, de 27 de maio de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR na DG – Diretoria Administrativa – **ELISANDRA DA SILVA FORTKAMP**, matrícula nº 11061, servidor do Poder Executivo – Procuradoria Geral do Estado – PGE, colocado à disposição na Assembleia Legislativa, a contar de 27 de maio de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1164, de 28 de maio de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SHIRLEI CLAUDETE COSTA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 9529, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-84 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2021 (GAB DEP DR. VICENTE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1165, de 28 de maio de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **JULIANA TANCREDO GALLOTTI**, matrícula nº 5090, na DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual, a contar de 27 de maio de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

———— * * * ————

PORTARIA Nº 1166, de 28 de maio de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR LAURO COAN FILHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARCOS VIEIRA – LAURO MULLER).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PROJETOS E LEIS

LEI

LEI Nº 18.124, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera o art. 6º da Lei nº 18.094, de 2021, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição do Estado, adotou a Medida Provisória nº 237, de 29 de março de 2021, e, nos termos do disposto no § 8º do art. 318 do Regimento Interno, eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 18.094, de 17 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 30 de junho de 2021.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de maio de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

———— * * * ————